

---

## SOBRE PACIFICAÇÃO E REORGANIZAÇÃO: A GUARDA NACIONAL E A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL APÓS A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

### ON PEACE AND REFORM: NATIONAL GUARD AND RIO GRANDE DO SUL AFTER RAGAMUFFIN WAR

---

Miquéias H. Mugge  
Doutorando em História Social PPGHIS-UFRJ  
VSRC Princeton University  
Bolsista CAPES-Fulbright  
miqueias@gmail.com

**RESUMO:** A consolidação e a manutenção de certa ordem nas fronteiras após a guerra civil farroupilha teve como protagonista a ação de distribuição dos comandos de fronteira e dos comandos superiores de guardas nacionais. A análise desse processo é fundamental e revela a abertura de lugares de poder nos quais potentados locais disputavam influência e legitimidade. No extremo sul do Império do Brasil o processo de construção do Estado está, sobretudo, acompanhado por questões relativas ao espaço platino no qual a região se inseria. As conjunturas de paz e guerra deste espaço faziam com que grande parcela do cotidiano de pessoas que ali moravam fosse tomada por preocupações e sentimentos relativos não só à construção do Estado brasileiro, mas também, com alguma ênfase, ao nascimento e consolidação das nações argentina e uruguaia. Neste sentido, este trabalho pretende retomar as relações entre as guerras, as forças armadas e a consolidação do Estado a partir de seus atores. Inserindo-se em tendências renovadas dos estudos militares, na retomada dos estudos de elites no Brasil e tomando para si a percepção de certa preponderância dos espaços de poder intermediários como importante chave de entendimento para os processos históricos, esse trabalho analisa o fortalecimento e a centralização do Império do Brasil, investigando o contexto a partir da trajetória de indivíduos (e, assim, de suas escolhas).

**PALAVRAS CHAVE:** Guarda Nacional. Revolução Farroupilha. Pacificação.

**ABSTRACT:** The maintenance of peace in Brazilian borders after the Ragamuffin War (Revolução Farroupilha) had as protagonist divisions and distributions of frontier military commands and National Guard's commands. To analyze this process is pivotal and reveal space of power openings in which local potentates run for influence and legitimacy. In the extreme south of Brazil, the state building was, mainly, associated by issues regarding to Plata Basin. The conjunctures of peace and war affected the daily life of the citizens and non-citizens, and the day-by-day was full of sentiments not only about the consolidating of Brazilian state, but also of Argentine and Uruguayan nations. Thereby, this paper aims to analyze the relations between wars, armed forces and consolidating states starting from its protagonists. Inserting itself in newly tendencies of military and elites studies in Brazil, taking on the perception of intermediate spaces of power as a key to understand these historical processes, analyzes the strengthening and the centralization of Brazilian Empire, investigating the context from individual trajectories (and their choices).

**KEYWORDS:** National Guard. Ragamuffin War. Pacification.

Era março de 1845 quando foi anunciada a paz. O Rio Grande do Sul se reintegrava ao Império do Brasil e a convenção assinada em Ponche Verde demonstrava que os “afanosos esforços na pacificação da Província” finalmente obtiveram sucesso. O processo que culminou no fim da Revolução Farroupilha foi permeado por negociações envolvendo a liderança cindida dos republicanos e o representante da Coroa no sul, Luiz Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias. Os encontros e manejos ocorridos em 1844, que resultaram na “paz honrosa”, ainda tiveram eco durante boa parte do Segundo Reinado. O objetivo desse capítulo é tratar dessa conjuntura: dos acordos para o fim da revolta aos reflexos da paz no final da década de 1850.

Cinco anos depois do tratado, a nova regulamentação da Guarda Nacional foi aprovada, e, dessa forma, as forças que dela faziam parte sofreram significativas mudanças. Os apontamentos que seguem visam analisar o período como um espaço temporal permeado por tensões sociais, que conformaram os postos da comandância militar, remanejando coronéis e potentados pelos comandos superiores recém-criados, no contexto do estado precário de paz nas fronteiras sul-brasileiras.

Apesar de os estudos sobre a Revolução Farroupilha se multiplicarem, há espaços vazios no que diz respeito às trajetórias dos antigos rebeldes. Algumas tentativas de reconstruir e analisar as escolhas dos líderes mais destacados, como Antônio de Souza Netto, já foram levadas a cabo (ROSSATO, SILVA, PADOIN, 2012). No entanto, há uma carência relativa aos anos posteriores à revolta, especialmente no tocante à utilização de documentos que contemplem mais do que os discursos políticos de deputados provinciais ou os relatórios dos presidentes de província.

Nesse sentido, é preciso destacar que a pacificação marcou a retomada das negociações entre a Coroa e a elite política e militar do Rio Grande do Sul. Enquanto os revoltosos barganhavam com o governo por concessões e cargos, contar com o apoio de lideranças estabelecidas nas fronteiras pareceu um bom negócio para o governo Imperial. O processo através do qual se deu a preservação das estruturas locais de poder e o remanejamento dos líderes rebeldes para os postos da Guarda Nacional é, portanto, um dos motes desse artigo.

## “Paz honrosa”: os acordos para a pacificação

As relações dinâmicas entre os comandantes militares fronteiriços, a capital da província e a Corte, durante a gestação da Revolta Farroupilha, já foram bem exploradas. Spencer Leitman, por exemplo, afirma que os farrapos eram, na verdade, indivíduos “incapazes de ultrapassar as atitudes tradicionais”. Ele se refere à mudança social ocorrida com a expansão do poder estatal e a intromissão do “público” em assuntos que, até então, eram de cunho extremamente particular. A sensibilidade da Coroa era menor do que a percebida pelos líderes platinos, e, dessa forma, a dissensão chegou a seu ápice, com vieses separatistas. Os estancieiros fronteiriços tornavam-se porta-vozes de um sentimento de descontentamento geral para com impostos, posicionamentos diplomáticos e falta de autonomia provincial (LEITMAN, 1979).<sup>1</sup>

Depois de quase dez anos de batalhas, o acordo foi assinado. Resultado da interação do Barão de Caxias com as lideranças farroupilhas, esse processo se torna, para o historiador, um momento privilegiado para perceber as nuances da própria elite política rebelde e da estratégia de negociação da Coroa para o fim do movimento. Primeiramente, é preciso salientar que é um erro tratar o grupo rebelde rio-grandense como um bloco homogêneo (PICCOLO, 1986-1987). Apesar de ter chegado a proclamar uma república, inicialmente a elite provincial desejava, no interior do arranjo institucional imperial, “fazer prevalecer [suas] demandas” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 206).<sup>2</sup> Dessa forma, o tratado de paz leva em conta, também, o próprio histórico dos líderes farroupilhas, que, antes de separatistas, desejavam ter suas solicitações atendidas.

Não é meu objetivo aqui fazer uma retomada da produção historiográfica sobre a Farroupilha ou ainda apresentar novos dados sobre o transcurso da revolta. Abordo algumas questões fundamentais que levaram à pacificação e serão essenciais para o entendimento da

---

<sup>1</sup> Wilma Costa resume: “a oposição dos farrapos à política do Rio de Janeiro radicou-se na demanda pela modificação da política fiscal do Império, que feria os interesses [sic] de dois setores importantes das elites provinciais: os charqueadores, concentrados principalmente na região de Pelotas, e os criadores, proprietários de terras e gado em ambos os lados da fronteira com o Uruguai. Os interesses não eram os mesmos e se revelaram, ao longo do conflito, uma das fontes de divergências do campo revolucionário” (COSTA, 1996, p. 96).

<sup>2</sup> “É preciso, no entanto, considerar com cuidado o discurso rebelde. É possível levantar a hipótese de que, embora empunhassem a bandeira da autonomia, as lideranças desses movimentos estivessem engajadas em disputas pelo poder” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 211).

realocação de forças no período sobre o qual me debruço. A seguir apresento uma síntese de como atuou Luiz Alves de Lima e Silva e as posições das lideranças rebeldes frente à derrocada militar e à necessidade de tornar o processo de negociação mais vantajoso para manutenção de certas legitimidades e autonomias.

Depois de ser um dos protagonistas nas operações militares em três províncias do Império, o Barão de Caxias foi, finalmente, enviado ao sul. Quando de sua nomeação, que o vinculou ao Partido Conservador, recaía sobre ele (e sobre sua capacidade militar) a confiança do governo para acabar com os rebeldes farrapos. Aliando-se a Bento Manuel Ribeiro, figura que inspirou diversos estudos por sua inconstância quanto à fidelidade ao movimento e ao Império, negociando com David Canabarro, um dos principais líderes rebeldes, e lidando com os “soldados-estancieiros”, encaminhou a pacificação. Flávio Fachel resumiu o método escolhido:

Caxias foi espremendo as tropas rebeldes, reprimiu o apoio uruguaio aos rebeldes, seduziu a Minoria com anistias, cargos e indenizações, concentrou metade do exército e da armada brasileira no Rio Grande do Sul, negociou também com membros da Maioria, foi implacável com os lanceiros negros, investiu fortemente na compra de cavalos e mantimentos e alterou a política fiscal (FACHEL, 2010, p. 107).

Walter Spalding e Adriana Barreto de Souza destacam que, a partir de 1844, o líder do Exército legalista era “mais diplomata que soldado”, ou seja, a intervenção militar não perdia seu caráter político. Assim sendo, por meio de ofícios e instruções reservados, a paz se construiu de maneira um tanto misteriosa. A dispersão dos chefes rebeldes por suas estâncias no interior, diante do enfraquecimento de sua mobilização, fez emergir a figura de Canabarro, então general-em-chefe das forças farroupilhas, com quem Caxias estreitou laços. Este processo transcorreu por alguns meses e o tratado de paz foi em muito resumido se comparado aos documentos que o precederam. Circularam, antes dele, instruções que concediam vantagens muito significativas para os chefes rebeldes. Interessante perceber que os “12 artigos que colocaram termo à guerra levam apenas a assinatura dos oficiais farrapos”: não havia assinatura de um representante do Império (SOUZA, 2008, p. 508).

Os silêncios e mistérios em torno do tratado de paz, para Barreto de Souza, revelam que “o império [sabia que] precisaria dos líderes farroupilhas para enfrentar os conflitos no Prata” (SOUZA, 2008, p. 509). Os termos do tratado não foram publicados; a negociação não

foi reconhecida pela Coroa; mas nem por isso os chefes rebeldes, notadamente David Canabarro e Vicente da Fontoura, desistiram de levar a cabo a deposição de armas. A herança dela, no entanto, seria duradoura. Se, no primeiro dia de março de 1845 Caxias assinou a proclamação que dava termo à guerra, e, no dia seguinte David Canabarro e seu conselho nomearam o Barão para ocupar a presidência da província do Rio Grande do Sul, os efeitos da “paz honrosa” iriam se fazer sentir pelas próximas duas décadas.

Há diferenças fundamentais entre as Instruções recebidas pelo Barão de Caxias em dezembro de 1844, o documento das concessões obtidas do governo imperial de 25 de fevereiro de 1845 e os quatro artigos de paz divulgados pela Coroa (SOUZA, 2008). No entanto, a anistia dos rebeldes, a dispensa do serviço miliciano e militar e o reconhecimento dos postos militares anteriores à revolta estão presentes em todos os três documentos, assim como a possibilidade de os oficiais gozarem das honras de seus postos. Percebe-se, assim, o peso da necessidade de manutenção e ampliação da maquinaria militar do Império. O projeto imperial para a região envolvia o estabelecimento de relações de mínima confiança para com os líderes rebeldes, tanto que Canabarro, Fontoura e Bento Manuel fizeram parte da base política do governo Caxias enquanto este presidiu a província.

Pacificada a província, Caxias voltava à capital Porto Alegre nomeado presidente, passando pelas principais localidades da campanha gaúcha, com a finalidade de propagar o resultado de seus esforços. David Canabarro, seu aliado a partir do armistício, tornou-se uma sentinela naquelas paragens.<sup>3</sup> Houve um cortejo na capital, quando o pacificador foi exaltado e muito elogiado; ele também foi elevado ao posto de marechal-de-campo e obteve o título de Conde. As eleições chegaram e ele ativou suas redes políticas, especialmente dentro do Exército: com a reintegração, a retomada do jogo político estava em curso e o Conde foi eleito Senador. Para finalizar o fatídico ano, Pedro II, Sua Majestade, visitou a província, em dezembro.

Carla Menegat informa que o Conde de Caxias, e, portanto, a própria Coroa, “soube[ram] reconhecer aqueles que dentre os revoltosos poderiam ser úteis ao Império”

---

<sup>3</sup> É difícil precisar quando a aproximação entre Caxias e Canabarro teve início, assim como o momento em que o segundo tomou o papel de negociador da paz. Contudo, em 8 de dezembro de 1843, Canabarro devolveu dois prisioneiros doentes e um saudável às forças legais, “movido pois dos sentimentos de humanidade”. Ele ainda finalizou sua correspondência aproveitando para “significar [a Caxias] minha alta estima e consideração”. BNRJ. II-32,3,6 001. 08/12/1843.

(MENEGAT, 2011, p. 6). David Canabarro, por exemplo, adquiriu a Estância São Gregório, em Livramento, logo após a assinatura do tratado de paz. Além disso, a documentação produzida pelo governo Caxias revela detalhes sobre o método com o qual o governo tratou de recompensar legalistas e rebeldes. Concordo com a assertiva de que a reintegração desses últimos à vida política imperial “seria tão difícil quanto necessária” (ZALLA, MENEGAT, 2011, p. 52).

Apesar de ter se dirigido à Corte em março de 1846, eleito Senador, Caxias teve tempo suficiente de produzir três tipos diferentes de listas, quais sejam: propondo oficiais para ocupar os postos vagos no Exército; fazendo conhecer legalistas que deveriam ser agraciados com medalhas e outras honras; passando “cautelas”, isentando oficiais rebeldes do serviço do Exército e da Guarda Nacional.

A lista das “cautelas”, “na conformidade do artigo 3º. das Instruções”, foi a primeira a ser produzida. Era 26 de abril de 1845, quando o então presidente da província encaminhou-a para o Ministro dos Negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho. Ou seja, as instruções estavam sendo seguidas à risca. A lista é relativamente grande. São cerca de 350 oficiais que foram isentados do serviço das armas pela normativa. A lista contém nomes que, mais tarde, lutariam com as cores do Império, mesmo que legalmente isentados desse serviço. Trata-se, no entanto, de um reconhecimento público dos oficiais rebeldes por parte do governo. Uma lista um tanto longa, contando com nomes como José Alves Valença, destacado líder na Vila de Santa Maria, e Caetano Gonçalves da Silva, filho de Bento Gonçalves, por exemplo.<sup>4</sup>

Em 16 de agosto de 1845, Caxias enviou ao Ministro da Guerra

na conformidade das ordens [...] para subir ao conhecimento de Sua Majestade O Imperador [...] as relações dos oficiais da 1ª. Linha, Honorários e da Guarda Nacional, que em atenção aos serviços que prestaram na pacificação desta província, recomendo ao mesmo Augusto Senhor, a fim de serem agraciados na forma que proponho.<sup>5</sup>

São 47 folhas que trazem os nomes e os serviços prestados por oficiais legais que o presidente da província considerou que deveriam ser ou efetivados nos postos que ocupavam interinamente ou ter suas patentes elevadas, algumas vezes vencendo soldo de honorário (para

<sup>4</sup> ANRJ. Coleção Caxias. Pasta n. 7, Cx. 810, Doc. 302. 26/04/1845.

<sup>5</sup> ANRJ. Coleção Caxias. Pasta n. 7, Cx. 810, Doc. 341. 16/08/1845.

os casos da Guarda Nacional). Caxias, inclusive, recomendou o próprio tio, então coronel graduado do 7º. Batalhão de Caçadores do Exército, que posteriormente se tornou Comandante Superior da Guarda Nacional. Alguns outros legalistas presentes no rol dos futuros agraciados vieram a ser comandantes superiores da milícia. O governo, então, acabava por agraciar os dois lados da batalha, em uma estratégia de pacificação que visava anistiar os rebeldes e não alijá-los da máquina militar, apesar de um número considerável deles ter pedido isenção do serviço da 1ª. Linha e da Guarda Nacional. Portanto, após a Farroupilha, preservar as lealdades das elites locais e provinciais rio-grandenses constituía-se em um dos grandes desafios.<sup>6</sup> “Na realidade, soldar a aliança com os caudilhos da fronteira era a peça mais importante da política imperial” (COSTA, 1996, p. 101).

O contexto de fronteira exigia cuidados. Prescindir do auxílio dos potentados locais para eventuais complicações era perigoso. Igualmente, a própria deposição de armas já era um sinal de que a política imperial para as nações vizinhas, de certa forma, fosse substancialmente influenciada pelos interesses dos estancieiros e demais moradores daquela área. Os interesses brasileiros na região platina deixaram de ter o empecilho das alianças entre rebeldes e facções locais.

Mesmo com a política de apaziguamento, a demanda rio-grandense a respeito dos impostos sobre a importação de gado, sal e charque não foi contemplada. Ainda existiam acertos a serem feitos. No entanto, as solicitações agora não eram de uma mudança institucional brusca; buscava-se soluções dentro de um “arranjo prevalecente”. Ou seja, as elites do Rio Grande do Sul, depois do “decênio glorioso”, encontraram dentro do próprio sistema político do Império níveis de participação e alcance social que fizeram com que os projetos de separação fossem abandonados (DOLHNIKOFF, 2005, p. 219).

É preciso levar em conta que o processo de pacificação não afetava apenas antigos rebeldes. Pedro Ferreira de Oliveira, presidente da província em novembro de 1850, preocupou-se com os reflexos da deposição de armas. Foi em sua administração que os oficiais de comissão nomeados pelo Império para a milícia em destacamento peticionaram por um destino mais favorável. João Frederico Caldwell, Comandante das Armas, alertava que

---

<sup>6</sup> Concorde com Miriam Dolhnikoff, quando esta afirma que, após as revoltas provinciais, “a tônica da participação das elites provinciais seria a conciliação e a negociação, utilizando-se dos espaços que o arranjo institucional lhes reservava, para com isso influir nas decisões de política regional e nacional” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 221).

“seria na verdade clamoroso que aqueles que sustentaram a integridade da nação e a sua constituição política saíssem da contenda em que venceram *bem menos aquinhoados do que os rebeldes seus vencidos*; e não só seria iníquo, como seria *de péssimo exemplo para a[s] frutuosa[s] e prováveis lutas*”. O medo era de que os antigos rebeldes de pouco prestígio comandassem legalistas convictos, “hoje confundidos com a multidão, hajam de obedecer ao comando de algum oficial [...] por que essa revolução roubara aos postos de oficiais todo o prestígio que tanto necessitam”.<sup>7</sup>

No entanto, é preciso destacar que a ligação entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai se manteve forte. É possível afirmar que a “Revolução Farroupilha intensificara ainda mais a penetração dos brasileiros no Uruguai, pois nesse período muitos estancieiros rio-grandenses preferiram estabelecer-se nos pastos orientais” (FERREIRA, 2006, p. 88). Enquanto o Rio Grande do Sul era reintegrado, no Uruguai os estancieiros brasileiros (alguns antigos rebeldes, como Antônio de Souza Netto, por exemplo) enfrentavam problemas que envolviam a proibição da marcação de seu gado e o confisco de boa parte do couro produzido. A política do líder *blanco* Manoel Oribe quanto à passagem do gado pela fronteira era alvo de reclamações desde 1845, e a situação, desde então, só se agravou.

Para Wilma Peres Costa, “a recuperação da lealdade da milícia rio-grandense” era essencial para um posicionamento internacional do Brasil frente às lutas de facções no Prata, que traziam o risco da reconstituição do Vice-Reino do Rio da Prata, capitaneada por Rosas. Apesar da extrema preocupação com as incursões do Barão de Jacuí, testa das incursões para recuperação do gado, os interesses de estancieiros e do Império começavam a confluir (COSTA, 1996, p. 101).

A mobilização militar, novamente sob a responsabilidade de Caxias, movimentou cerca de 20 mil homens. David Canabarro e Bento Manuel Ribeiro foram homens de confiança do comandante-em-chefe e a Guarda Nacional teve importante papel nesse processo. Mesmo que o caudilho entrerriano Urquiza tenha posto fim ao conflito com Oribe antes mesmo da chegada das tropas brasileiras ao Uruguai, esse momento histórico parece propício para tratar de aspectos essenciais da organização militar brasileira que se seguiu à pacificação do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. Ofício de 28 de novembro de 1850.



O atrito com a administração de Rosas, que se dava diante das suspeitas da formação de um Estado que englobasse o Vice-Reino do Prata, o que incluiria uma área das Missões e parte da Campanha gaúcha, teve fim graças aos acordos de aliança com o Uruguai e com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Com a vitória em Caseros, os planos expansionistas caíram por terra. O processo pelo qual se articulavam o projeto de política externa brasileiro e os interesses imediatos dos proprietários sulinos na área de fronteira resultou em uma confluência e permitiu com que os militares do Rio Grande retomassem um importante espaço de influência e prestígio. Em suma, não só pela atuação direta nos conflitos, mas pelo contexto de tensão política que predominou no Prata é que deve ser explicado o processo de fortalecimento do Estado imperial no sul.

A guerra ajudou na reorganização da própria milícia. Criou alguns vácuos de poder onde foram instalados novos espaços de atuação política. Apesar da preservação das estruturas locais, foram negociados cargos e participações. O temor de que o Exército e a Guarda Nacional não dessem conta de tamanha responsabilidade era tão grande, que a contratação de mercenários estrangeiros foi levada a cabo (ANDRÄ, 2000; LENZ, SCHÄFER, SCHNACK, 1997; SILVA, 2006). Também teve um papel importante a política de manutenção da propriedade da terra, por parte do governo: foram resolvidos litígios referentes aos limites e heranças de estâncias dos rio-grandenses no Uruguai; “houve, então, uma aproximação entre a elite local e a Coroa” (CHRISTILLINO, 2010).<sup>8</sup>

Ou seja, “a necessidade de relações sólidas [entre centro e periferia] pode ser demonstrada pelos vestígios de negociações quando do recrutamento para as campanhas de 1851 no Uruguai e 1852 contra Rosas” (MENEGAT, 2010, p. 6). Nesse sentido, os problemas para a mobilização das tropas, as negociações realizadas, os rearranjos de forças e o impacto da extração de soldados em nível local demonstram de que forma a própria máquina do Estado se expandia rumo à fronteira e se fazia sentir cotidianamente. A presença do Estado, portanto, naquelas paragens, dava-se fundamentalmente através da guerra e de seus desdobramentos (SOUZA, 2008, p. 108).

---

<sup>8</sup> Christillino (2010) informa que, nesse período, também estão situadas as decisões dos presidentes de província em torno dos processos de legitimação de terras que tramitaram na repartição correspondente.

## “Dar-se a alguns todo o favor e a outros não”: a Guarda Nacional e a reorganização da província

Os rearranjos políticos após a pacificação da província do Rio Grande do Sul foram fundamentais para a continuidade do projeto de centralização do Império. Em 17 de julho de 1858, o presidente da província rio-grandense, Ângelo Moniz da Silva Ferraz,<sup>9</sup> futuro Barão de Uruguiana, descontente com alguns ocorridos sob seu governo, escreveu uma carta a Francisco Diogo Pereira Vasconcellos, ministro da Justiça, responsável maior pela Guarda Nacional. Segundo Ferraz, seria necessário “para de todo sanarem-se essas antigas diferenças, conveniente darem-se-lhes as honras de Oficiais da Guarda Nacional, aos que o eram a esse tempo; porque não ajusta bem com os princípios adotados *dar-se a alguns todo o favor e a outros não*”.<sup>10</sup> Ferraz fazia menção ao fato de que, depois de feita a pacificação da província e resolvidas as questões da Guerra Civil Farroupilha, assegurou-se a isenção indefinida do serviço de Linha e da Guarda Nacional de todos os indivíduos pertencentes às forças rebeldes, que nelas ocupavam postos de oficiais. Além disso, tais oficiais continuariam no gozo de prerrogativas e direitos militares inerentes aos postos que ocupavam. Continua o futuro Barão: “ao mesmo passo, *é tradição* nessa província que se garantiu que, quando os serviços dos oficiais anistiados fossem necessários ao Império, *seriam eles empregados nos postos que ocupavam nas forças rebeldes*”. Para o então presidente da província, na Campanha do Uruguai (1851-1852), todos os oficiais anistiados chamados ao serviço entraram nos postos que tinham antes da anistia e foram à proporção “*sendo depois empregados nos mesmos postos da Guarda Nacional*”. No entanto, os que não foram chamados, por moléstia ou outro fim, não gozavam de honras dos postos respectivos. Era essa a fundamental razão do envio da missiva: enquanto alguns, agora vestindo a farda que levava consigo o símbolo de Pedro II, recebiam, mesmo que simbolicamente, as honras necessárias, outros ficavam no ostracismo.

<sup>9</sup> Baiano, diplomado em Direito em Olinda, foi deputado provincial pela Bahia; também exerceu mandato como deputado geral e senador. Ministro da Fazenda e da Guerra, ajudante de ordens do Imperador, chegou à presidência do conselho de ministros, na época de Paranaguá, Sinimbu, Francisco Barreto e Rego Barros. Conservador, exerceu uma política moderada (SISSON, 1999).

<sup>10</sup> ANRJ. Série Justiça, Gabinete do Ministro. IJ1 581. Correspondência de 17 de julho de 1858. De: Angelo Moniz da Silva Ferraz.

A Lei de 19 de setembro de 1850 que dava nova organização à Guarda Nacional, de cunho centralizador, modificou a ordem de forças que influenciavam na administração miliciana. O caráter democrático atribuído por Jeanne B. de Castro (1977) à instituição deixava de existir. Se antes a influência do juiz de paz era direta, agora o presidente de província detinha as prerrogativas de demitir oficiais, suspender e reorganizar quaisquer comandos superiores. Os comandos superiores, aliás, deixavam de ser organizados por municípios e passaram a abranger áreas mais extensas. Em nível local, a figura máxima era o coronel comandante superior. Ficavam extintas, assim, as graduações anteriores, como os coronéis chefes de legiões (RIBEIRO, 2005).

A nomeação do comandante superior partia do presidente de província, que enviava uma proposta ao ministério da Justiça, para, então, ser aprovada. Não só o oficial comandante, mas os subalternos (oficiais superiores, Tenentes-Coronéis, Majores e Capitães) passaram a ser nomeados pelo ministério, dando a conhecer a exata dimensão do cunho centralizador da reforma. O controle efetivo da Guarda Nacional, apesar disso, não deixava de ser complicado, tanto que em 6 de abril de 1854 decretou-se, sob o número 1.354, instruções sobre as atribuições dos oficiais da milícia. Para André Fertig, “a partir da lei de 1854, havia uma intenção explícita do governo imperial em vigiar mais de perto as ações dos guardas nacionais ao nível local”. Para este autor, os comandos superiores foram “exponenciais do projeto de centralização do Estado imperial em seus municípios” (FERTIG, 2010, p. 23).

Mesmo proporcionando algum nível de centralização, devo adicionar que os agentes do poder central atuavam com ambiguidade, explorando as fissuras do sistema normativo conforme lhes convinha. Agrupá-los como um núcleo que emanava a centralização *a priori* é contestável. A difícil separação entre público e privado para esses agentes determinava as formas de recrutamento e qualificação, algumas vezes guiadas por critérios distantes da competência e mais próximas às questões relativas às redes de parentesco, amizade e solidariedade (MENDES, 2010). Isso não deixa de torná-los, entretanto, junto de párocos, professores, oficiais de polícia, em nível local, peças-chaves na construção do Estado imperial. Havia uma “ambiguidade aparente” nessa relação que envolvia a Guarda Nacional (RODRIGUES, FALCON, NEVES, 1981). Mesmo que ela tenha difundido as “noções de ordem, disciplina e hierarquia”, isso não se dava de forma automática. A nova lei da Guarda

Nacional, assim, não só é contemporânea da Lei de Terras e da própria Lei Eusébio de Queirós, mas fazia parte de um projeto político vigente no Brasil do oitocentos, especialmente após 1850.

O crescimento da margem de manobra dos presidentes de província, que se deu graças à lei que os autorizou a participar ativamente na nomeação dos oficiais dos comandos e corpos, fez com que exercessem estreito poder sobre a milícia. Muitas vezes, no entanto, eram outras influências que tomavam conta desses processos e a nomeação ou manutenção de um comandante superior ultrapassava os mandos e desmandos da presidência provincial. As redes de poder antes consolidadas eram fortes e, por vezes, o presidente não tinha legitimidade de quebrá-las ou solapá-las. Em suma, se “o presidente pod[ia] fazer guardas nacionais” (PICCOLO, 1998, p. 153), ele também devia lidar com reorganizações de forças locais nas quais os comandantes superiores eram sua voz mais ativa (FERTIG, 2010; SALDANHA, 2009).<sup>11</sup> Isso ocorreu, por exemplo, quando José Antônio Pimenta Bueno, em 1850, decidiu nomear David Canabarro. O presidente não chegou ao seu objetivo apenas convocando o antigo rebelde para comandar as fileiras dos homens do Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento. O aceite do “comendador” demorou a chegar: ocorreu apenas em outubro, dois meses depois do convite. Canabarro julgava, então, que aquele seria “um dos maiores sacrifícios”, já que o privaria de cuidar de seus interesses econômicos, diante da eminente guerra. Pimenta Bueno, diante da demora, se correspondeu com Bento Manuel Ribeiro, que tratou de negociar com Canabarro, usando da influência de seu “estimado amigo e patricio”.<sup>12</sup>

Assim como ocorreu em Minas Gerais (SALDANHA, 2009), a transição pretendida com a nova lei de 1850 não se efetuou de imediato. Naquele ano, o relatório do presidente Francisco Soares de Andréa apresentava a penúria pela qual a instituição passava: organizada em Porto Alegre, Rio Grande e Piratini, faltavam ainda Cruz Alta e Rio Pardo. Na tentativa de

<sup>11</sup> Paulo R. S. Moreira (2005, p. 142) calculou a rotatividade dos presidentes de província do Rio Grande do Sul em seu cargo. Eis os resultados: “Ao longo do período imperial, 77 indivíduos ocuparam a presidência da província do Rio Grande de São Pedro, em 102 gestões administrativas, numa média de permanência de 7,7 meses (263,67 dias). Oitenta destas gestões (79,2% do total) foram inferiores a um ano e somente 21 (20,8%) ultrapassaram este tempo”. Essa média é menor que a média nacional, que era de 13 meses (SARMENTO, p. 139-176).

<sup>12</sup> ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. Ofícios de 22 de outubro de 1850, de 25 de setembro de 1850 e de 16 de setembro de 1850. Os filhos de Bento Manuel, anos depois, foram ferrenhos inimigos políticos de Canabarro, diminuindo, inclusive, a sua capacidade de arrematar guardas nacionais.

aligeirar-se, nomeou-se um brigadeiro do Exército, João Frederico Caldwell, para orientar os comandantes superiores. Ele, infelizmente, não logrou êxito. Em Porto Alegre o comandante superior ainda era interino. Andréa informou que os corpos de infantaria eram formados por habitantes dos núcleos urbanos; a cavalaria, assim, era completada com “moradores da campanha”. As armas de fogo sequer tinham sido distribuídas, por medo de que fossem roubadas. Não havia, ainda, instrutores.

Instruir os soldados era elemento fundamental para a mobilização militar, e, portanto, questão substancial para a milícia no Sul. O precário estado de organização depois da Guerra Civil, tanto da Guarda quanto da própria província, aliado ao significativo aumento do aparato burocrático imperial nos rincões mais distantes, processo iniciado naqueles anos, revela interessante estratégia para realinhar a administração miliciana. Fernando Uricoechea (1978, p. 230) defende que a orientação mais profissional rio-grandense decorreu do fato de os instrutores dos guardas nacionais terem passagem significativa pelo Exército. As circulares produzidas diante da necessidade de mobilizar homens para a Guerra contra Oribe e Rosas contraria essa tese: a organização da Guarda só seria possível se instrutores interinos fossem retirados dos próprios corpos. “Na falta de oficiais de 1<sup>a</sup>. Linha, [deve-se] nomear como instrutores interinos a oficiais de corpos, dando-lhes vencimento que igualem os que pertencem a subalternos de 1<sup>a</sup>. Linha”, informava Pimenta Bueno a Eusébio de Queirós, ministro da Justiça, em novembro de 1850.<sup>13</sup>

Em novo relatório ainda do mesmo ano, José Antonio Pimenta Bueno avaliava que “a nova lei muito aperfeiçoará este grande elemento, ou antes poderoso concurso da Força Brasileira”. Em 1851, Pedro Ferreira de Oliveira considerava a 1<sup>a</sup>. Linha do Exército muito melhor organizada que a Guarda Nacional. As qualificações ainda em 1853 não ocorreriam nas épocas previstas. Pareceu surpreendente, portanto, quando a Guarda acabou por “dar uma exuberante prova de seu patriotismo e dedicação ao serviço”, nas batalhas de 1851 e 1852. É interessante ainda a posição na qual se colocou o presidente de 1854, quando afirmou que “não sendo profissional na matéria, não desejarei aventurar uma opinião menos justa; por esta

<sup>13</sup> ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. II1 577. Ofício de 4 de novembro de 1850.

razão procurei porém socorrer-me de informações e de esclarecimentos *ministrados por militares e pessoas entendidas*”.<sup>14</sup>

Era tamanha a desorganização e a falta de influência e capacidade dos presidentes de província de organizar a Guarda Nacional que, em 18 de novembro de 1857, regulamentou-se um decreto que dava nova organização à instituição nas províncias fronteiriças do Império.<sup>15</sup> Uma das principais mudanças era na composição do Conselho de Qualificação: o presidente da província poderia nomear um oficial de linha para presidi-lo ou simplesmente fazer parte dele. Ou seja, uma prerrogativa legal para assegurar maior controle de *militares e pessoas entendidas* sobre a Guarda Nacional, desde que, é claro, fossem da confiança do presidente. Analisando os relatórios dos presidentes de província, o decreto supracitado, 2.029, toma um caráter ímpar no tocante à organização: de 1850 a 1857 a milícia ainda sofria com a desorganização, com os chamados às batalhas e com a provisoriedade. Em 1855, por exemplo, José Thomaz Nabuco de Araújo, então Ministro da Justiça, informava à Assembleia Geral que “com exceção da Província do Rio Grande do Sul, [...], está em todo o Império organizada a Guarda Nacional”.<sup>16</sup>

Ângelo Ferraz, liberal simpático aos farroupilhas, reclamava que faziam-se gentilezas a alguns e a outros não. A partir da escolha pela continuidade de Caxias após a guerra, como presidente de província, que é colocada sob a responsabilidade dos próprios ex-republicanos, o governo imperial teve de lidar com os oficiais rebeldes. Algumas vezes, inclusive, nomeou os comandantes superiores, diante da “nuvem medonha” representada por Rosas na Argentina. Ainda no seu ofício, Ferraz destaca que “os oficiais das forças rebeldes se comportam de um modo louvável, e o Governo neles tem seguro apoio, prestam-se ao serviço quando chamados, com zelo, e são pouco exigentes e importunos”. Dentre estes, estão Ismael Soares da Silva e José Alves Valença, então Coronel e Tenente-Coronel, respectivamente. Voltaremos oito anos, até 1850, com o intuito de verificar quem foram os comandantes superiores nomeados para o exercício do posto no Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> BNRJ. Hemeroteca Digital. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, doravante RPPRS – 1854: João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, p. 16. Os grifos são meus.

<sup>15</sup> Carla Menegat informa que “a situação especial de fronteira se materializou numa legislação específica para a Guarda Nacional nas províncias limítrofes, datada de 1857 e sugerida pelo Barão de Caçapava [Soares de Andréa] [...]” (MENEGAT, 2010, p. 4).

<sup>16</sup> AHRS, B-1.110. Aviso do Ministério da Justiça. 24 de setembro de 1855. A conclusões muito semelhantes chegou André Fertig (2010).

O Rio Grande do Sul dividia-se, no tocante à Guarda Nacional, em seis grandes comandos, que representavam, assim, seis regiões: Rio Grande (litoral e fronteira sul), Porto Alegre (capital e litoral norte), Rio Pardo (centro), Piratini (região sul), Missões (noroeste), e Fronteira de Quaraí e Livramento (fronteira oeste).

**Tabela 1 – Comandos Superiores de Guardas Nacionais (RS – 1850)**

Comando	Comandante	Cavalaria	Infantaria	Artilharia	Total
Rio Grande	Procópio Gomes de Melo	1.280	657	55	1.992
Porto Alegre	João Baptista da Silva Pereira (interino)	1.669	657	0	2.227
Rio Pardo	B. J. Carneiro da Fontoura	2.579	70	0	2.649
Piratini	Gaspar Dias (interino)	2.846	1.250	0	2.996
Missões	M. dos Santos Loureiro	1.560	0	0	1.560
Fronteira	David Canabarro	2.001	0	0	2.001

Fonte: BNRJ. Hemeroteca Digital. RPPRS. 1850.

É possível perceber que há dois interinos (Porto Alegre e Piratini) que comandavam, respectivamente, o terceiro e o primeiro comando em número de praças. Ainda havia, nas listas do presidente da província, os Coronéis de Legião. Em Rio Pardo, o responsável era José Joaquim de Andrade Neves. Em Piratini, Manoel Pereira de Vargas e José Jacinto Pereira. David Canabarro, antigo líder farroupilha, quatro anos após a pacificação era comandante superior da Fronteira. Esses seis comandos passariam por uma reformulação no ano seguinte (refletidas no relatório de 1851, portanto).

Reorganizado em 16 de outubro de 1850, o comando da Fronteira de Quaraí e Livramento teve seu comandante nomeado já no dia seguinte, por Eusébio de Queirós. No mesmo dia foi reorganizado o de Rio Pardo e para ele nomeado também no dia seguinte o então Coronel de Legião, agora Coronel José Joaquim de Andrade Neves. Os dois primeiros comandantes após a reforma de 1850 haviam sido, por quase dez anos, inimigos de trincheira. O comando de Porto Alegre, por sua vez, continuou com interinos revezando-se até que em 18 de junho de 1853 fosse nomeado o já aqui citado Luís Manoel de Lima e Silva. Procópio Gomes de Melo continuou no cargo de 1849 a 1851, quando foi substituído por João Rodrigues Ribas. Em Piratini, Gaspar Dias foi demitido e assumiu interinamente o farrapo Manoel Lucas de Oliveira, citado por Ferraz, que ocupou o cargo até 1859. Antonio Fernandes Lima, outro legalista citado por Caxias, assumiu o comando das Missões somente em 1865, quando este foi reorganizado. Os seis primeiros comandos, assim, entre efetivos e

interinos, foram divididos entre legalistas e farroupilhas. Podemos inferir que houve uma continuidade do processo de negociação instaurado por Caxias, já que os chefes locais rio-grandenses, via Guarda Nacional, ocuparam postos de comandantes, incorporando-se ao aparato militar imperial. Há notícias de que isso não aconteceu só com os oficiais, mas com os soldados que desertaram durante a rebelião da província, liberando-os dos procedimentos criminais que poderiam ser realizados, desde que voltassem a se alistar.<sup>17</sup>

É lícito afirmar, contudo, que as desconfianças continuavam. No seu relatório de 1850, Caxias informa que não enviou as armas aos guardas. Pimenta Bueno, em carta a Eusébio de Queirós, então ministro da Justiça, confirma que a falta de oficiais de confiança fez com que o armamento não chegasse às mãos dos oficiais. É preciso lembrar aqui que a Guarda Nacional foi cindida durante a Guerra Civil. Bento Gonçalves, por exemplo, era Coronel da Guarda quando mobilizou seus soldados a favor do projeto dos estancieiros. Spencer Leitman informa que os farrapos “controlavam as posições estratégicas da Guarda Nacional, [e] empenharam-se imediatamente em construir uma base popular para a rebelião, a qual os levaria a uma segunda sedição em dias vindouros, sedição esta que visava mais a separação e o republicanismo do que simplesmente a substituição dos representantes do governo central” (LEITMAN, 1979, p. 25). A Guarda, antes espinha dorsal dos farroupilhas, agora voltava às mãos do Império. Mas nem por isso limitou-se aos defensores da Nação. Os antigos rebeldes se faziam presentes, como demonstrei, o que contraria Leitman quando este afirma que “no final da Guerra dos Farrapos, [os rebeldes] pediram isenção do serviço na Guarda para dedicar todo o seu tempo à tarefa de refazer e cuidar de suas manadas” (LEITMAN, 1979, p. 67).

A partir de 1856 pode-se perceber outra mudança significativa: os comandos agora se tornavam 10. A fronteira sul sofreu uma das mudanças: Jaguarão passou a ser um comando independente de Piratini. O comando das Missões agora perdia esse nome e desmembrava-se em São Borja e Cruz Alta. O da Fronteira de Quaraí e Livramento dividia-se em Bagé e São Gabriel e Alegrete e Uruguaiana. Caçapava e Cachoeira formavam mais um, desvinculando-se de Rio Pardo e Encruzilhada.

<sup>17</sup> AHRS. A-4.66. Presidente da Província Pedro Oliveira ao Comandante Superior de Rio Pardo, José Joaquim de Andrade Neves. 30 de abril de 1851.



Novos espaços de comandância foram criados. O número total de guardas na província mais que dobrou em 6 anos (de 13.425 em 1850 para 30.984 em 1856), demonstrando o alcance das reformas e da nomeação de mais comandantes para essas áreas de fronteira (em especial o noroeste e o sudoeste). Para os comandos recém-criados foram nomeados Manoel Pereira de Vargas (Jaguarão), citado aqui por Caxias, como “um dos primeiros legalistas”; Ismael Soares da Silva (Bagé e São Gabriel), farroupilha que auxiliou nas negociações de paz; José Gomes Portinho (Cachoeira e Caçapava), outro farroupilha; Antonio de Melo e Albuquerque (Cruz Alta), legalista. Antonio Fernandes Lima, legalista, foi nomeado para São Borja. David Canabarro, Andrade Neves e Lima e Silva continuaram comandando Alegrete, Rio Pardo e Porto Alegre, respectivamente. Como já informei, Rodrigues Ribas assumiu Rio Grande em 1851. Em Piratini, Manoel Lucas de Lima (farroupilha) substituiu Manoel Lucas de Oliveira. Temos, portanto, 6 comandos superiores comandados por defensores do Império e 4 por antigos rebeldes.<sup>18</sup>

Dez anos depois da pacificação, cerca de 40% dos comandos eram dominados por ex-rebeldes. Se excluirmos Porto Alegre da soma dos praças arregimentados (a capital e seus anexos contribuía com mais de 1/3 do total),<sup>19</sup> chegamos à conclusão que 45% dos guardas nacionais qualificados no Rio Grande do Sul ainda eram comandados por coronéis com histórico farroupilha. O acordo do Barão de Caxias, assim, toma uma forma muito mais significativa: a eminente eclosão de uma guerra contra a Confederação Argentina, a necessidade de negociar a paz e reunir os rio-grandenses em torno do trono de Pedro II fez com que antigas lideranças republicanas continuassem a comandar um número considerável de homens. Ou seja, a guerra havia acabado, mas a estrutura de mando da elite político-militar rio-grandense não havia mudado de forma contundente. A importância da capacidade de mobilização desses senhores da guerra era um objeto de barganha muito poderoso. O gabinete e seu agente no Rio Grande do Sul tinham ciência da dependência do Império para com esses

<sup>18</sup> O Comando Superior de Rio Pardo foi dividido em 29 de setembro de 1850, por José Antônio Pimenta Bueno, “atendendo a conveniência do público serviço que demanda que os Comandos Superiores da Guarda Nacional sejam reduzidos a menor círculo a fim de exercer sobre eles uma ativa inspeção”. José Gomes Portinho, antigo oficial rebelde, foi nomeado para o Comando Superior de Cachoeira e Caçapava, recém-criado. ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. Ofício de 29 de setembro de 1850.

<sup>19</sup> A partir de 1850 os filhos de imigrantes alemães e imigrantes naturalizados foram qualificados na Guarda Nacional, aumentando significativamente o contingente arrolado em Porto Alegre. Em alguns anos, a localidade da Imperial Colônia de São Leopoldo chegou a contribuir com 30% de todo o contingente da capital (MUGGE, 2012).

comandantes e seus comandados para uma intervenção contra Oribe e Rosas, que só poderia ser levada a cabo com o uso da força miliciana.

É claro que agora, institucionalmente, eles estavam subordinados à máquina estatal do Brasil, mas parece que esse tipo de ação foi comum:

As diferentes possibilidades de intervenção do Estado Imperial nas províncias onde houve rebeliões demonstram os matizes do processo de centralização do poder na Corte do Rio de Janeiro. Entre os mineiros parece mesmo que não houve qualquer alteração entre os quadros dirigentes na província mesmo depois que os rebeldes liberais de 1842 foram derrotados. Muito rapidamente, as lideranças revoltosas retornaram às suas posições de mando e de influência junto à administração provincial. Isso não significa dizer que tenham se rendido ou sido cooptadas pelo projeto de centralização administrativa no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2009, p. 323).

Os conservadores, assim, formularam e colocaram em prática um projeto centralizador (MATTOS, 1987). No entanto, suas ações se pautaram mais pelo pragmatismo, dando a conhecer os limites da capacidade intervencionista do Estado em uma província que passou mais de 9 anos em guerra civil. Assim sendo, parece impossível argumentar que o Império e suas elites nacionais estavam deixando de lado a necessidade das elites regionais nesse projeto de centralização. Para José Iran Ribeiro, nem a experiência de guerra interna “resultou em qualquer inovação na estrutura de suprimento de efetivos, nem na organização de defesas para a luta que se vislumbrava no Prata, muito menos na permanência da rígida organização do Exército no Rio Grande do Sul implementada por Caxias” (RIBEIRO, 2009, p. 324). A dependência do sistema miliciano continuava, e ele só funcionaria se as antigas lideranças voltassem a seus cargos. A organização do Exército do final da Farroupilha não obteve continuidade: os bravos nacionais agora dividiam seu posto na elite da guerra do Rio Grande ao lado de antigos traidores.

O decreto de 1857 que delimitou as atividades das guardas nacionais em províncias limítrofes não só modificou internamente o processo de qualificação dos soldados, mas acabou por recriar os comandos superiores. Esse é o termo usado pelo Ministro da Justiça em seu relatório de 1867.<sup>20</sup> Ao demonstrar a organização da Guarda naquele ano, no Rio Grande do Sul, ele incluiu em sua tabela uma coluna intitulada “criação”. Em 1859 eles dividiam a

<sup>20</sup> BNRJ. Hemeroteca digital. Relatório do Ministério da Justiça, doravante RMJ – 1867.

província em 13 comandos; em 1860, 14; em 1861, 15. A partir de 1862 o número se manteve em 16 comandos até 1866. Durante a Guerra do Paraguai, em 1867, aumentou-se para 17, mantendo-se esse número até 1873.<sup>21</sup>

A divisão dos comandos era preocupação frequente nos gabinetes presidenciais e ministeriais. Após a morte do Comandante Superior das Missões, “e não podendo estar vago esse importante cargo, visto que de um momento para outro podem aparecer ocorrências tais na fronteira que ponham embaraços a presidência”, o Barão de Muritiba, então presidente da província, decidiu nomear provisoriamente o Capitão Joaquim da Silva Lago para o cargo, em 27 de setembro de 1855.

Em 1855, ao tentar nomear o Capitão Joaquim da Silva Lago para Comandante Superior das Missões, após o falecimento de seu antecessor, o governo se viu diante de uma agitação. A nomeação não agradou alguns oficiais de São Borja, que “representaram” pedindo a destituição de Lago. Eles, informa o presidente da província, também tentaram aliciar os oficiais de Cruz Alta. Os oficiais relutantes foram desligados dos corpos e considerados avulsos, ou seja, sem homens a comandar. A mediação de Manoel Luiz Osório, à época Comandante Militar de Fronteira, foi fundamental para a dissolução do caso: confidencialmente, Muritiba noticiou Osório para que esse acalmasse os ânimos dos revoltosos, ameaçando-os com demissões.

“Julguei contudo prudente determinar medidas de cautela que me provaram próprias para extinguir o mal”, afirmava Muritiba, ao resolver dividir o Comando Superior das Missões em dois: um para o município da Cruz Alta (cujo comandante nomeado era “o habilitado e de respeito” Brigadeiro Honorário Antônio de Melo e Albuquerque), e outro para São Borja. Interessante perceber que Muritiba se deu a liberdade em dividir um comando em dois sem consultar o ministro. Após perceber que podia ter ultrapassado os limites, o próprio informa que se julgou “autorizado a fazer a divisão do Comando Superior, tanto por que *o mesmo praticou o meu antecessor a respeito da Comarca de Piratini*, em circunstâncias ordinárias, como por que existem aqui algumas autorizações, que considero em vigor

<sup>21</sup> BNRJ. Hemeroteca digital. RPPRS – 1856-1873.

enquanto se não der a organização definitiva da Guarda Nacional desta província *em relação a qual tudo tem sido provisório e discricionário desde 1850*”.<sup>22</sup>

A provisoriedade e a arbitrariedade na organização da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul transparecem latentes antes de 1857. O próprio Barão de Muritiba, então presidente da província, assume essas posições. Jerônimo Francisco Coelho, seu sucessor, escreve, em 1856, passando informações ao ministério. A medida levada a cabo por Muritiba funcionara: a divisão em dois comandos superiores apaziguou os ânimos, na medida em que criou espaços para que as elites locais pudessem acomodar seus interesses sem, entretanto, colocar-se em conflito.

A expansão do alcance da administração e da burocracia imperial revela que a articulação entre poder local e poder central era muito mais complexa do que inicialmente se imaginou. O conhecimento da topografia militar e dos canais de comunicação privilegiados eram características dos milicianos.<sup>23</sup> Eles tinham noção de que essa moeda de barganha era poderosa. A criação dos comandos superiores e a posterior fragmentação destes, cujos efeitos para a administração encontraram pouca repercussão na historiografia sobre o Brasil oitocentista, revelaram-se um mecanismo fundamental para instituir um canal de comunicação e relação com os líderes políticos das aldeias; em contrapartida, as próprias lideranças locais eram legitimadas graças aos cargos que ocupavam.<sup>24</sup>

Demonstrei até aqui de que forma deu-se a realocação de forças militares no Rio Grande do Sul após a Guerra dos Farrapos. Igualmente, que o Império ainda necessitava dos préstimos de antigos rebeldes para controlar, justamente, áreas de fronteira. Quase 50% dos guardas do interior da província (excluo aqui a Capital) estavam sob o comando de coronéis com histórico farroupilha. A atuação desses senhores da guerra qualificou homens que, em razão de mais de três ativos para um da reserva, estariam prontos para marchar, realizar

<sup>22</sup> ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro. IJ1 581. Agitação entre oficiais da Guarda Nacional das Missões. Tranquilidade Pública, Rio Grande do Sul. 1856. Os grifos são meus.

<sup>23</sup> Carla Menegat afirma que o Barão de Muritiba, presidente do Rio Grande do Sul em 1856, preferia se comunicar com os comandantes superiores do que com José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Negócios Estrangeiros, evitando intermediários na obtenção de informações. Manejar por essas redes e repassar notícias dos *confins meridionais* era uma das funções desses senhores de guerras (MENEGAT, 2011, p. 5).

<sup>24</sup> Luís Manoel de Lima e Silva já foi considerado um “estranho no ninho”, por ser membro da família do Duque de Caxias, proveniente da Corte, e estar comandando um dos mais importantes comandos superiores do sul do Brasil. No entanto, durante minha tese de doutorado demonstrarei que ele, na verdade, era um representante dessa família e que não só estava integrado na sociedade porto-alegrense, como fazia parte da elite militar rio-grandense, apesar de seus poucos recursos materiais.

atividades rotineiras e, assim, manter a ordem interna e proteger o país da agressão estrangeira. A fragmentação dos comandos criou espaços novos de mando e de legitimação, mas não alterou de forma significativa o número de guardas nacionais qualificados. É preciso cuidado, no entanto, no tocante a esses números. Vários estudos já demonstraram os subterfúgios possíveis no deslocamento de efetivos para os teatros de guerra. No entanto, é possível afirmar que a atuação dos comandantes foi fundamental para a organização interna da sociedade e para a máquina de guerra brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÄ, H. **Deutsche Söldner in Brasilien**. Band I. São Paulo: KMK, 2000.

CHRISTILLINO, C. L. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação da política da Coroa (1850-1880)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. Tese (Doutorado em História).

COSTA, W. P. **A espada de Dâmocles**. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FACHEL, J. P. G. A Revolução Farroupilha. In: POSSAMAI, P. (org.). **Gente de Guerra e de Fronteira**. Estudos de História Militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

FERREIRA, G. N. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERTIG, A. A. **Clientelismo político em tempos belicosos**. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil. Santa Maria: EdUFSM, 2010.

LEITMAN, S. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LENZ, C.; SCHÄFER, H.; SCHNACK, J. J. **Memórias de Brummer**. Porto Alegre: EST, 1997.

MENDES, F. F. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

MENEGAT, C. Abastados terratenentes, caudilhos poderosos ou empresários arcaicos: os súditos do Império Brasileiro no Uruguai e a historiografia. In: **Anais do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria: UFSM/UNIFRA, 2010.

MENEGAT, C. Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: USP, 2011.

MOREIRA, P. R. S. Ousando conceber esperanças de justa liberdade: dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antonio da Patrulha – 1868). In: **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005.

MOREIRA, P. R. S.; TASSONI, T. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748/1888). Porto Alegre: EST, 2007.

MUGGE, M. H. **Prontos a contribuir**. Guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo: Oikos/Ed. Unisinos, 2012.

PICCOLO, H. I. L. (org.). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Volume II. Porto Alegre: ALERS, 1998.

PICCOLO, H. O discurso político na revolução Farroupilha. **Revista de História**. Porto Alegre, n. 1, 1986-1987.

RIBEIRO, J. I. “Tudo isto é indiada coronilha (...) não é como essa cuscada lá da Corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos Farrapos. In: POSSAMAI, P. **Gente de guerra e fronteira**. Estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

RIBEIRO, J. I. **De tão longe para sustentar a honra nacional**: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Tese (Doutorado em História Social).

RIBEIRO, J. I. Guerra e mobilidade social no Brasil do século XIX. As “memórias” de Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. In: **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**. Passo Fundo: EdUPF, 2013.

RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. de S. (orgs.). **A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831-1918**. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.

ROSSATO, M.; SILVA, M. L. da; PADOIN, M. M. Antônio de Souza Netto e Gaspar Silveira Martins: o federalismo na província do Rio Grande do Sul no século XIX. In: **Anais do XI Encontro Estadual de História**. Rio Grande: FURG, 2012.

SALDANHA, F. H. D. **O Império da Ordem**. Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873. Franca: UNESP, 2009. Tese (Doutorado em História).

SARMENTO, C. Estabilidade governamental e rotatividade das elites no Brasil Imperial. **Revista Dados**, v. 29, n. 2, 1986, p. 139-176.

SILVA, H. R. K. da. **Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão**: a história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SOUZA, A. B. de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

URICOECHEA, F. **O minotauro imperial**. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

ZALLA, J.; MENEGAT, C. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, 2011.

#### FONTES DOCUMENTAIS

AHRS. A-4.66. Ofício do Presidente da Província Pedro Oliveira ao Comandante Superior de Rio Pardo, José Joaquim de Andrade Neves. 30/04/1851.

AHRS. B-1.110. Aviso do Ministério da Justiça. 24/09/1855.

ANRJ. Coleção Caxias. Pasta n. 7, Cx. 810, Doc. 302. 26/04/1845.

ANRJ. Coleção Caxias. Pasta n. 7, Cx. 810, Doc. 341. 16/08/1845.

ANRJ. Série Justiça, Gabinete do Ministro. IJ1 581. 17/07/1858.

ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. 04/11/1850.

ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. 28/11/1850.

ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. 29/09/1850.

ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. 22/08/1850, 25/07/1850 e 16/09/1850.

ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 581. 1856.

BNRJ. Hemeroteca digital. RMJ. 1867.

BNRJ. Hemeroteca digital. RPPRS. 1856-1873.

BNRJ. II-32,3,6 001. 08/12/1843